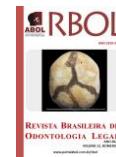


Revista Brasileira de Odontologia Legal – RBOL

ISSN 2359-3466

<http://www.portalabol.com.br/rbol>



Odontologia legal

LEVANTAMENTO DOS CONTEÚDOS ESPECÍFICOS EM PROVAS DISCURSIVAS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA O CARGO DE PERITO ODONTOLEGISTA E DE PERITO CRIMINAL (ÁREA: ODONTOLOGIA) NO BRASIL.

Specific content in discursive tests on public contests for the position of forensic odontologist and criminal expert (area: odontology) in Brazil.

Ellen Brito PEREIRA¹, Carina Thaís de ALMEIDA-e-SILVA², Paulo Cássio FIGUEIRA-SILVA³, Paulo Henrique Viana PINTO⁴, Ricardo Henrique Alves da SILVA⁵.

1. Especialista em Odontologia Legal pela FORP-USP, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.
2. Especialista em Odontologia Legal pela FORP-USP, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.
3. Aluno (Mestrado), Programa de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Departamento de Patologia e Medicina Legal. Ribeirão Preto (SP), Brasil.
4. Doutor, Programa de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Departamento de Patologia e Medicina Legal. Ribeirão Preto (SP), Brasil.
5. Professor Associado, Universidade de São Paulo. Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto. Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia Legal. Ribeirão Preto (SP), Brasil.

Informações sobre o manuscrito:

Recebido: 03 de fevereiro de 2025.
Aceito: 02 de março de 2025.

Autor(a) para contato:

Prof. Dr. Ricardo Henrique Alves da Silva.
USP – Fac. de Odontologia de Ribeirão Preto. Área de Odontologia Legal. Av. do Café, s/n, Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto - SP, Brasil. CEP: 14040-904.
E-mail: ricardohenrique@usp.br.

RESUMO

Os concursos públicos estão cada vez mais concorridos e, na Odontologia, os cargos de Perito Odontolegista e Perito Criminal, dependendo do Estado, oferecem remunerações e planos de carreira diferenciados no serviço público. A preparação para esse tipo de certame é complexa, devendo ser a mais completa e, ao mesmo tempo, a mais objetiva possível. O objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento dos conteúdos específicos das provas discursivas dos concursos públicos realizados no Brasil, de 1999 a 2024, para o cargo de Perito Odontolegista (ou nomenclatura semelhante) e Perito Criminal (quando contava com vagas destinadas direta e especificamente para cirurgiões-dentistas). Dentre os 64 certames realizados nesse período, 31 provas discursivas foram encontradas. Dentre as provas discursivas analisadas, apenas 17 apresentaram questões relacionadas à Odontologia Legal. Essas questões foram divididas em 11 categorias, de acordo com os temas abordados. Concluiu-se que os temas “Perícias e Peritos (área criminal)”, “Antropologia Forense” e “Identidade e Identificação Humana (métodos primários)” foram os assuntos mais abordados e presentes nos concursos para carreira pericial na área odontológica.

PALAVRAS-CHAVE

Odontologia legal; Questões de prova; Polícia judiciária.

INTRODUÇÃO

Os concursos públicos, de forma geral, estão cada vez mais concorridos, uma vez que oferecem uma série de benefícios como estabilidade financeira, boa remuneração e alguns direitos importantes¹. E apesar de legalmente a especialização em Odontologia Legal não ser uma exigência formal para o cirurgião-dentista prestar concursos na área pericial, é de conhecimento público e notório que trata-se da especialidade que possui formação para exercer atividades periciais e, assim, contribuir com a Justiça nos diversos foros: civil, criminal, trabalhista e administrativo², sendo um dos objetivos dessa especialidade, segundo a Resolução nº 63/2005 do Conselho Federal de Odontologia (CFO)³, pesquisar fenômenos diversos que podem atingir ou ter atingido o homem vivo, morto, ou até mesmo ossada e fragmentos.

A Lei nº 12030/2009⁴ elenca como peritos oficiais de natureza criminal os Peritos Criminais, Peritos Médico-Legistas e Peritos Odontolegistas com formação superior específica, de acordo com a necessidade de cada órgão e sua área de atuação profissional. No Brasil, nem todos os Estados possuem, ainda, o cargo específico de Perito Odontolegista^{5,6} e, nesses casos, o cirurgião-dentista pode prestar o concurso para Perito Criminal, porém, não necessariamente, seu trabalho se restringirá a casos relacionados à Odontologia^{5,6}.

O cirurgião-dentista que prestar o concurso público para o cargo de Perito Criminal e for aprovado, poderá atuar em Institutos de Identificação ou Institutos de

Criminalística (desempenhando atividades laboratoriais ou em locais de crime)^{4,7}. Em contrapartida, os Peritos Odontolegistas, podem atuar nos Institutos de Medicina Legal (IML), onde desempenharão atividades relacionadas a lesões corporais, identificação humana, dentre outras^{2,3,5,6}. Todavia, é importante destacar que essa distribuição de atividades periciais não é rígida e os peritos podem ser convocados a atuar nas mais diversas áreas, de acordo com as necessidades de cada órgão⁶.

Para o ingresso em tais carreiras, a preparação é complexa e deve ser o mais completa possível, devido à grande quantidade de disciplinas que são cobradas nesses certames. Os concursos públicos para estes tipos de cargos possuem várias fases que podem incluir prova objetiva, prova discursiva, investigação social, teste de aptidão física, prova de títulos, avaliação médica, curso de formação profissional e prova oral⁸.

No tocante à etapa discursiva, esta pode abranger temas diversos especificados em edital e ter um peso importante na pontuação, sendo muitas vezes decisiva para a classificação final do candidato e, dessa forma, o objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento dos conteúdos específicos das provas discursivas dos concursos públicos realizados no Brasil, de 1999 a 2024, para o cargo de Perito Odontolegista (ou nomenclatura semelhante) e Perito Criminal (quando contava com vagas destinadas direta e especificamente para cirurgiões-dentistas).

MATERIAL E MÉTODOS

Realizou-se um levantamento das provas aplicadas nos concursos públicos para os cargos de Perito Odontolegista (ou nomenclatura semelhante) e Perito Criminal (quando contava com vagas destinadas direta e especificamente para cirurgiões-dentistas) e Perito Criminal Federal (área: Odontologia), entre os anos 1999 e 2024. Para isso, foram consultados sítios eletrônicos das bancas examinadoras responsáveis pelos concursos públicos, além de sítios eletrônicos alternativos, quando não se obteve a localização das provas nos sítios específicos das bancas examinadoras.

Foram analisadas e quantificadas apenas as questões discursivas que abrangiam áreas da Odontologia Legal. Portanto, foram excluídas da amostra as provas que não apresentaram questões discursivas, as provas que apresentaram questões discursivas com temas diversos daqueles abordados no âmbito da Odontologia Legal e os processos seletivos simplificados.

Após o levantamento e análises detalhadas sobre as questões obtidas e conteúdos envolvidos, foram criadas 11 categorias de temas: (I) Identidade e Identificação Humana (métodos primários); (II) Antropologia Forense; (III) Marcas de Mordida; (IV) Asfixiologia; (V) Documentos Odontolegais (laudos, relatórios, pareceres); (VI) Documentos Odontológicos (prontuário odontológico); (VII) Traumatologia Forense; (VIII) Tanatologia Forense; (ix) Perícias e Peritos (área criminal); e (X) Identificação de

Vítimas de Desastres em Massa e (XI) Aproximação Facial Forense.

Em seguida, os dados foram organizados em planilhas no software Microsoft Excel® (Microsoft Corp., Redmond, WA, USA) para a quantificação e categorização das questões discursivas, por meio da análise estatística descritiva.

RESULTADOS

Considerando os anos de 1999 a 2024, verificou-se pelos dados disponíveis que foram realizados 64 certames para o cargo de Perito Oficial, com vagas para cirurgiões-dentistas, em diferentes Estados brasileiros. Desses 64 certames, foram encontradas 31 provas discursivas de concursos públicos, porém, apenas 17 provas apresentaram questões discursivas específicas de Odontologia Legal (QDOL), com algumas provas apresentando questões que abrangiam mais de uma área da Odontologia Legal.

Na Tabela 1, pode-se verificar as provas que continham QDOL aplicadas para o cargo específico de Perito Odontolegista (ou nomenclatura semelhante) e na Tabela 2 pode-se observar as provas que continham QDOL aplicadas para os cargos de Perito Criminal (este quando contava com vagas destinadas direta e especificamente para cirurgiões-dentistas). A distribuição das questões, por área temática, é representada na Figura 1.

Tabela 1 – Provas utilizadas para mapeamento de questões discursivas de Odontologia Legal (QDOL), para o cargo de Perito Odontolegista ou nomenclatura correspondente, Brasil, 1999-2024.

Unidade Federativa	Ano de publicação do edital	Ano de aplicação da prova	Banca organizadora	Tema proposto
Amapá	2022	2022	FGV	(I) Identidade e Identificação Humana (métodos primários) (II) Antropologia Forense
Amazonas	2021	2022	FGV	(I) Identidade e Identificação Humana (métodos primários) (II) Antropologia Forense
Bahia	2022	2022	IDECAN	(VII) Traumatologia Forense (III) Marcas de Mordida
Ceará	2021	2021	IDECAN	(IV) Asfixiologia (III) Marcas de Mordida
Goiás	2024	2024	IADES	(II) Antropologia Forense (XI) Aproximação Facial Forense
Maranhão	2012	2012	FGV	(VIII) Tanatologia Forense (V) Documentos odontolegais (laudos, relatórios, pareceres)
	2017	2018	Cebraspe	(VI) Documentos odontológicos (prontuário odontológico)
Rio Grande do Norte	2021	2021	AOCP	(II) Antropologia Forense
Rondônia	2009	2009	FUNCAB	(I) Identidade e Identificação Humana (métodos primários)
Sergipe	2023	2023	IDECAN	(IX) Perícias e Peritos (área criminal)

Tabela 2 – Provas utilizadas para mapeamento de questões discursivas de Odontologia Legal (QDOL), para o cargo de Perito Criminal (área: Odontologia) e Perito Criminal Federal, Brasil, 1999 – 2024.

Unidade Federativa	Ano de publicação do edital	Ano de aplicação da prova	Banca	Tema proposto
			organizadora	
Distrito Federal	2016	2016	IADES	(VII) Traumatologia Forense
Goiás	2003	2003	UEG	(IX) Perícias e Peritos (área criminal)
	2010	2010	FUNIVERSA	(IX) Perícias e Peritos (área criminal)
Rio Grande do Sul	2008	2008	FDRH	(IX) Perícias e Peritos (área criminal)
Pernambuco	2024	2024	AOCP	(I) Identidade e Identificação Humana (métodos primários) (II) Antropologia Forense (III) Marcas de Mordida (V) Documentos odontolegais (laudos, relatórios, pareceres) (VII) Traumatologia Forense (IX) Perícias e Peritos (área criminal)
Polícia Federal	2004	2004	CESPE/UnB	(IX) Perícias e Peritos (área criminal)
	2013	2013		(X) Identificação de Vítimas de Desastres em Massa

DISCUSSÃO

Um concurso público pode apresentar diversas etapas, a depender da natureza e complexidade do cargo e, especificamente na etapa que envolve a prova escrita, foco desse estudo, pode incluir questões objetivas associado a questões discursivas^{5,9}.

Ao realizar o levantamento das provas discursivas realizadas no Brasil, no período definido neste estudo (25 anos), foi possível observar que a abordagem desta prova pela banca examinadora, pode se dar no formato de questões enumeradas ou no formato de redação de um texto dissertativo argumentativo sobre a temática questionada.

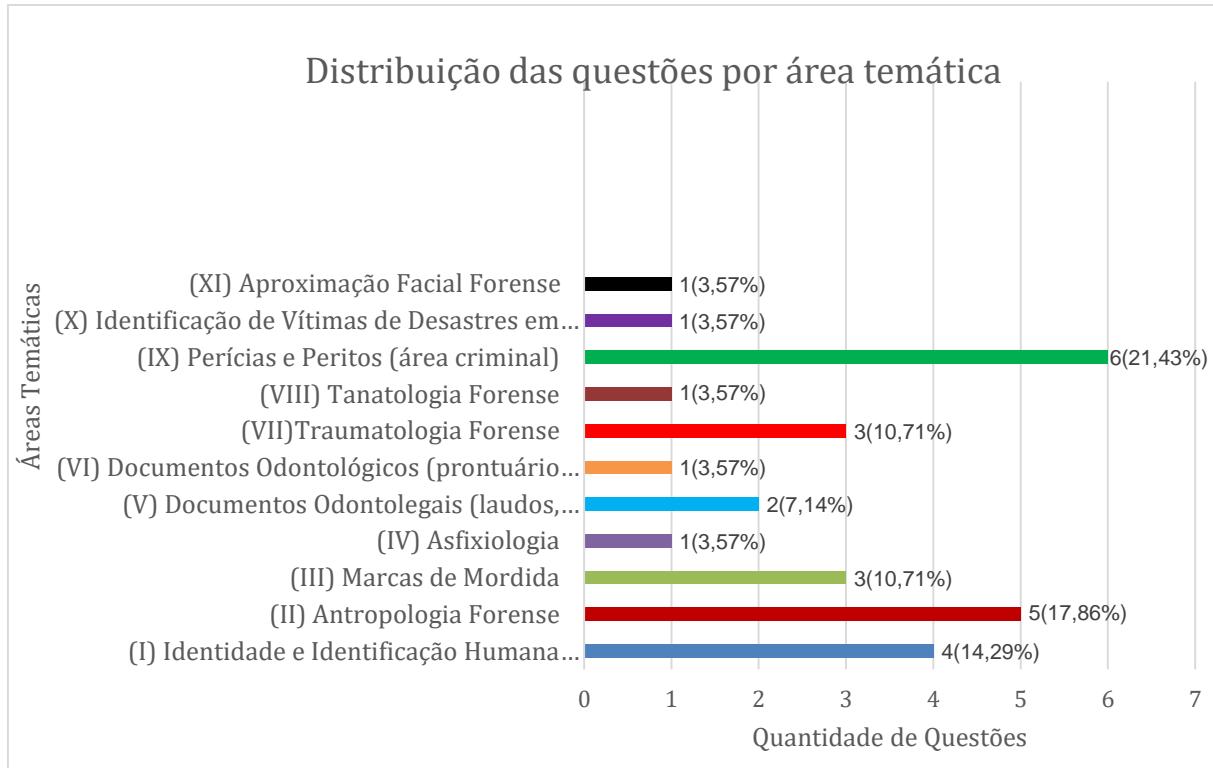


Figura 1. Distribuição das questões discursivas levantadas, por área temática.

Normalmente, os concursos voltados à área de segurança pública, apresentam temas alusivos ao cargo pretendido¹⁰, porém, isto não é regra, assim como a inclusão da prova discursiva não é obrigatório como requisito de concurso público¹⁰. E mesmo certames para o cargo específico de Perito Odontolegista, nem sempre abordam questões discursivas com temáticas no âmbito da Odontologia Legal.

Assim, apesar de não ser uma parte obrigatória⁹, deve-se ressaltar a importância da prova discursiva, uma vez que a mesma procura avaliar, sobretudo, a capacidade de argumentação do candidato e, de forma mais minuciosa, seu conhecimento a respeito de dado tema específico¹¹. Ademais, é uma avaliação dificilmente manipulável ou suscetível a acertos eventuais e, portanto, auxilia na seleção de candidatos que,

teoricamente, apresentem conhecimentos mais pertinentes para o cargo¹¹.

Com relação aos 17 certames que apresentaram QDOL, o tema “Perícias e Peritos (área criminal)” obteve maior recorrência ($n=6$), seguido por “Antropologia Forense” ($n=4$) e “Identidade e Identificação Humana (métodos primários)” ($n=5$), como já demonstrado na Figura 1.

O destaque ao tema “Perícias e Peritos (área criminal)” demonstra a intenção de que o candidato reflita e argumente a respeito da importância das perícias e peritos na sociedade, garantindo a manutenção da segurança pública e elucidando de fatos criminosos por meio de métodos técnico-científicos¹², com a colaboração de pessoas especializadas, a fim de auxiliar na formação da convicção do juiz sobre os elementos necessários para a decisão da causa⁵.

No estudo publicado por Bernardes *et al.*¹ (2020) sobre os conteúdos específicos em provas objetivas de concursos públicos para o cargo de Perito Odontologista e de Perito Criminal (área: Odontologia) no Brasil, apresentou como resultado que o tema mais recorrente deste tipo de prova, entre os anos de 2003 e 2019, foi a Traumatologia Forense (171 questões), seguida pela Antropologia Forense (122 questões). Os temas “Perícias e Peritos – Parte Pericial” e “Identidade e Identificação Humana”, estavam presentes em 46 e 23 questões objetivas, respectivamente.

Isso demonstra a preocupação das bancas examinadoras em propor questões com temas relevantes para os cargos de Perícia Oficial no Brasil, a exemplo de “Antropologia Forense” e “Identificação Humana”, que foram amplamente mencionados em questões objetivas e discursivas de concursos públicos para esses cargos.

A relevância do assunto “Identidade e Identificação Humana (métodos primários)” é inquestionável, uma vez que é aplicado na prática pericial desde o famoso incêndio do Bazar da Caridade, até os dias atuais¹³. Ademais, a identificação de um cadáver é fundamental para a conclusão de diversos procedimentos civis, como herança, seguro e resolução de delitos¹⁴. O uso de um banco de dados, também permite auxiliar no processo de identificação e, com isso, a implantação da Política Nacional de Buscas de Pessoas Desaparecidas junto a criação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas busca amenizar a problemática dos desaparecidos no Brasil com o intuito de facilitar a identificação das vítimas¹⁵.

A importância de avaliar o conhecimento do candidato a respeito do tema “Antropologia Forense”, está no fato de que é um método vantajoso para identificação humana e amplamente utilizado pelas unidades de Perícia Oficial no Brasil, principalmente para estimativa do sexo, estatura e ancestralidade. Apesar disso, a Antropologia Forense possui algumas limitações em populações miscigenadas, porém, não impedem ou desmerecem a aplicação desta disciplina¹⁶.

O tema “Traumatologia Forense” foi o mais abordado no estudo de Bernardes *et al.*¹ (2020), que considerou apenas questões objetivas. Isso pode estar relacionado a uma preocupação em selecionar candidatos preparados para assumirem casos que envolvem lesões corporais do complexo bucomaxilofacial e, com isso, um profissional capacitado consegue elaborar um laudo pericial com a classificação e descrição correta das lesões, isso pode evitar transtornos à vítima e até mesmo a impunidade do agressor¹⁶.

Deste modo, é bastante significativo que o candidato que pretenda concorrer a cargos de Perícia Oficial, no Brasil, esteja atento aos temas mais frequentemente retratados pelas bancas examinadoras, tanto em provas discursivas quanto em provas objetivas. Analisar as atribuições do cargo dispostas no edital também pode contribuir, especialmente, para a realização da prova discursiva, visto que, normalmente, são abordados temas relacionados ao cargo pretendido. Apesar de não ser uma regra das questões discursivas, este tipo de abordagem tem se difundido pelos certames e, portanto,

os candidatos podem buscar uma melhor preparação.

CONCLUSÃO

De acordo com o levantamento obtido, os temas mais frequentemente abordados nas questões discursivas de concursos públicos para o cargo de Perito Odontolegista e Perito Criminal (área:

Odontologia) foram “Perícias e Peritos (área criminal)”, seguido de “Antropologia Forense” e “Identidade e Identificação Humana (métodos primários)”, sendo importante ressaltar que todos os temas levantados são relevantes e devem ser compreendidos pelo cirurgião-dentista que pretende ingressar na carreira pericial.

ABSTRACT

Public exams became popular and, in Dentistry, the positions of Forensic Odontologist and Criminal Expert, depending on the State, offer good payments and careers for those interested in the criminal field. The preparation for this type of exam is complex, so it must be as thorough and objective as possible. The aim of this study was to analyze specific content of the discursive tests on public exams held in Brazil from 1999 to 2024 for the position of Forensic Odontologist (or similar nomenclature) and Criminal Expert (if it had places directly and specifically to dentists). Among the 64 exams held during this period, 31 discursive tests were found. Of the discursive exams analyzed, only 17 had questions related to Forensic Dentistry. These questions were divided into 11 categories, according to the topics covered. It was concluded that the topics “Forensics and Experts (criminal area)”, “Forensic Anthropology” and “Identity and Human Identification (primary methods)”, were the most addressed, in these public examination for forensic careers in Dentistry.

KEYWORDS

Forensic dentistry; Examination questions; Civil police.

REFERÊNCIAS

1. Bernardes EB, Oliveira LDB, Jacometti V, Silva RHA. Levantamento dos conteúdos específicos em provas objetivas de concursos públicos para o cargo de perito odontolegista e de perito criminal (área: odontologia) no Brasil. Rev Bras Odontol Leg RBOL. 2021;8(2):02-16. <https://doi.org/10.21117/rbol-v8n22021-303>.
2. Brasil. Lei 5.081, de 24 de agosto de 1966. Regula o exercício da Odontologia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5081.htm. Acesso em: 06 de março de 2024.
3. Brasil. Conselho Federal de Odontologia. Resolução CFO – 63/2005. Consolidação das normas para procedimentos nos Conselhos de Odontologia. Disponível em: <http://cfo.org.br/wpcontent/uploads/2009/10/consolidacao.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2024.
4. Brasil. Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009. Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12030.htm. Acesso em: 06 de março de 2024.
5. Lima KF, Costa PB, Silva RF, Silva RHA. Regulamentação legal da perícia oficial odontolegal nos estados brasileiros. Rev Bras Odontol Leg RBOL. 2017;4(1):34-45. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol.v4i1.85>.
6. Pinto PHV, Costa PB, Franco A, Silva RHA. Perícia oficial de natureza criminal: panorama nacional após dez anos de promulgação da Lei nº 12.030/2009. Rev Bras Odontol Leg RBOL. 2020;7(1):17-29. <https://doi.org/10.21117/rbol-v7n12020-267>.
7. Brasil. Polícia Federal-Ministério da Justiça e Segurança Pública. Requisitos e Atribuições dos Cargos. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/acesso-a-informacao/servidores/concursos/caracteristicas-dos-cargos/carreira-policial/requisitos-e-atribuicoes-dos-cargos-da-carreira-policial-federal>. Acesso em: 06 de março de 2024.
8. Saraiva Educação. Saiba tudo sobre a carreira de perito criminal [Internet]. 2024 [citado 2024 mar 27]. Disponível em: <https://conteudo.saraivaeducacao.com.br/juridico/perito-criminal/>.
9. Brasil. Decreto-lei nº 9.739, de 28 de março de 2019. Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e

- fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9739.htm. Acesso em: 17 de abril de 2024.
10. Gonçalves JR, Siqueira MVB. Prova Discursiva do Concurso para Agente de Polícia Federal. Rev JRG Est Acad. 2018;1(1):4-13.
 11. Oliveira ABS, Castro Junior JLP, Montalvão SS. O mito da meritocracia: academicismo e falhas metodológicas nos concursos públicos brasileiros. Rev Adm Pública. 2022;56(6). <https://doi.org/10.1590/0034-761220220150>.
 12. Brasil. Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais – APCF. Perícia Criminal. Disponível em: <https://www.apcf.org.br/periciacriminal/pericia-criminal>. Acesso em: 06 de março de 2024.
 13. Silva RF, Franco A, Oliveira RN, Daruge Junior E, Silva RHA. História da Odontologia Legal no Brasil: técnica e ciência. Rev Bras Odontol Leg RBOL. 2017;4(2):87-103. <https://doi.org/10.21117/rbol.v4i2.139>
 14. Silva MC, Machado CEP. O problema dos desaparecidos no Brasil. In: Machado CEP, Deitos AR, Velho JA, Cunha E. Tratado de Antropologia Forense – fundamentos e metodologias aplicadas à prática pericial, Campinas: Millennium Editora; 2022.p. 27-43
 15. Brasil. Lei 13.812, de 16 de março de 2019. Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Lei/L13812.htm. Acesso em: 17 de abril de 2024.
 16. Motta MV, Munoz DR; Silva M, Paulo FJ. Odontologia Legal: análise das provas de concursos para perito e para egressos em Odontologia. Rev Assoc Paul Cir Dent Revista APDC. 2011;65(3):164-5.